



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Reunião de Comissão
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 3 – ERRATA**



ATA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (3), publicados no *Diário do Legislativo* 25/6/2016. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 758/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Nozinho. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.304, 3.389, 3.406 e 3.536/2016 (relator: deputado Emidinho Madeira); 3.387 e 3.405/2016 (relator: deputado Rogério Correia), 3.463/2016 (relator: deputado Nozinho) e 3.576/2016 (relator: deputado Inácio Franco). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.005, 5.037 e 5.156/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.225, 3.228, 3.241, 3.329, 3.331, 3.340, 3.342, 3.347, 3.348, 3.349, 3.355, 3.358, 3.359, 3.360, 3.366, 3.369, 3.370, 3.371, 3.374, 3.375, 3.376, 3.377, 3.378, 3.383, 3.384, 3.391, 3.407, 3.409, 3.411, 3.429 e 3.438/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.721/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Inácio Franco, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e à Associação Mineira de Municípios pedido de providências para que seja dado apoio e orientação à Prefeitura de Itaúna com vistas à implantação do Sistema de Inspeção Municipal por meio de consorciação intermunicipal;

nº 6.722/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Inácio Franco, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para agilizar a implementação da Patrulha Rural Regionalizada na 7ª Região da Polícia Militar;

nº 6.723/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Inácio Franco, em que requerem seja realizada audiência pública para debater questões relativas à política pública de crédito rural, em especial as exigências do Banco do Brasil quanto à

apresentação de certidão de regularidade e licenciamento ambiental como condição para contratação de operações de crédito e à cobrança de taxas sobre operações que envolvem cédulas de crédito rural;

nº 6.724/2016, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública a fim de prosseguir o debate sobre a relevância estratégica do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – para as entidades representativas do setor e para o governo do Estado, bem como sobre questões relativas à gratificação de escolaridade, desempenho e produtividade individual e institucional, pendente de regulamentação por parte do governo do Estado, e aos planos de cargos e salários.

Em seguida, é aprovado relatório da visita à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizada em 25/2/2016, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente – Antônio Jorge – Rogério Correia.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Local visitado: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa

Data: 31/3/2016

Finalidade: Levar ao secretário as informações recebidas durante a audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Agropecuária e Agroindústria realizada em 25/2/2016

Apresentação

A visita técnica à Seapa foi requerida a esta comissão com a finalidade de levar ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações recebidas no transcurso de audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Agropecuária e Agroindústria, realizada em 25/2/2016, para debater os assuntos relativos à crise econômica que atinge a cadeia produtiva do leite no âmbito do Estado. O Requerimento de Comissão nº 5.085/2016 teve autoria dos deputados Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco, Emidinho Madeira e Nozinho.

Participaram da visita os deputados Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira e Nozinho; e o secretário de Estado de Agricultura, João Cruz.

Relato

Na referida audiência pública conjunta, foram aprovados, além do que deu origem à visita ora relatada, cinco requerimentos referentes a questões de relevância para a cadeia produtiva de leite no Estado. Durante a visita, o secretário leu cada uma das proposições e teceu comentários sobre seu objeto, complementando a respostas aos deputados visitantes com informações relacionadas com o tema.

Como introdução ao tema geral, a cadeia produtiva do leite, o secretário discorreu sobre as dificuldades econômicas do setor e citou a tendência de mercado que vem transferindo margem de lucro do produtor para a indústria e dessa para as redes de varejo. Informou ainda que, como reação, o governo lançou o programa Minas Pecuária, que tem como objetivo promover a adoção, pelos produtores, de melhorias tecnológicas com foco na produtividade, fator crucial para a recuperação econômica da produção básica. Acrescentou também que o programa confere especial atenção às condições naturais de Minas Gerais, como solo, clima, cultura, etc., evitando a sugestão de práticas e tecnologias exóticas.

Relatamos a seguir as informações prestadas sobre o tema de cada requerimento:

– Requerimento de Comissão nº 5.083/2016 – Requer a prorrogação do prazo de adequação da contagem de células somáticas – CCS – do leite, estabelecido pela Instrução Normativa nº 62, da Secretaria de Agricultura, para 1º/7/2016.

Comentário: O secretário julga necessária a prorrogação do prazo, mesmo porque o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ainda não toma os dados da rede oficial de laboratórios para análise e definição de políticas públicas. Entende-se, portanto, que a exigência existe sem que o próprio ministério tenha a certeza dos efeitos da norma sobre o mercado.

– Requerimento de Comissão nº 5.080/2016 – Requer dinamização dos processos de análise e seleção de projetos de investimentos originados pela Lei Federal nº 13.137, de 2005, que dispõe sobre políticas de produção de leite com base na aplicação de recursos financeiros relativos a crédito presumido de PIS e Cofins, da indústria de produção láctea.

Comentário: A desoneração de produtos da cesta básica gerou grandes volumes de crédito tributário, em especial em nível federal, a partir do PIS e do Cofins. A lei citada autoriza o retorno de parte desses créditos para investimentos na cadeia produtiva do leite. Tal medida deve ser efetivada por meio de projetos aprovados pelo Ministério da Agricultura, que vem demorando para fazê-lo. Paralelamente a revisão da política de ICMS em Minas Gerais reservará, de forma similar à Lei Federal nº 13.137, de 2005, um percentual do crédito tributário para aplicação na melhoria de qualidade da produção básica.

– Requerimento de Comissão nº 5.082/2016 – Requer que seja obtida para o Estado a condição de território livre da febre aftosa sem vacinação, já alcançada por outros estados da União, ou a redução da exigência de vacinação apenas para uma dose anual por animal.

Comentário: A regulamentação de zonas livres de aftosa, importante zoonose que tem como vetor o gado bovino, é feita pela Organização Mundial da Saúde Animal – OIE (sigla do nome em inglês). Sabe-se que a vacinação com dose única não é eficaz, pois não garante a sanidade do rebanho; daí, a exigência mínima de aplicação de duas doses segundo protocolo médico preestabelecido. Esses parâmetros internacionais de sanidade são utilizados na regulação do comércio mundial de lácteos e carnes. Por sua configuração geográfica continental, o Brasil é avaliado segundo suas regiões. Sabe-se que, em relação à Região Sudeste, o principal problema é a extensa fronteira seca com o Paraguai e a sua proximidade com as fronteiras internas da região. O País enfrenta sérios problemas de vigilância de fronteiras, além de problemas fiscais e sanitários. Há uma proposta sendo discutida entre os estados da região para o estabelecimento do Pacto do Sudeste, com o objetivo de obter a classificação de território livre de aftosa sem vacinação. Os estados da Região Sul já obtiveram êxito nesse intento.

– Requerimento de Comissão nº 5.078/2016 – Requer que seja prestada assistência à cadeia produtiva do leite e que seja combatida a patologia da tripanossomose bovina, que vem afetando o plantel produtivo leiteiro na região de Passos.

Comentário: O diagnóstico da doença vem sendo o principal empecilho para uma atuação mais incisiva das equipes do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. O caso é similar ao da doença mormo, que acomete equídeos. Para enfrentar o problema da ausência de metodologia ágil e com custos razoáveis de diagnóstico das duas doenças, a tripanossomose e o mormo, a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig – estuda o lançamento de chamada pública específica. Quanto à vacina para a tripanossomose, já houve a liberação federal para sua importação, e, segundo o secretário, em 90 dias a situação de oferta deve ser resolvida.

– Requerimento de Comissão nº 5.081/2016 – Requer que a Seapa se posicione como ator aglutinador do processo de criação do Conseleite-MG, facilitando a interlocução entre os diversos atores que compõem o referido conselho.

Comentário: O secretário declarou ser plenamente favorável à constituição do Conseleite-MG, órgão privado que deve atuar na regulação do mercado de lácteos, evitando distorções como as que vêm sendo observadas no mercado de varejo ante os preços ao produtor.

Completados os comentários sobre os requerimentos aprovados, o secretário e os deputados presentes abordaram outras questões de interesse para a agropecuária estadual como: a proximidade do término do prazo para inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural – CAR –, criado pela Lei Federal nº 12.561, de 2012, a Lei Florestal, valendo lembrar que a



comissão vem pleiteando a prorrogação desse prazo; o impedimento prático de alojar cavalos em parques de exposição, por exigências sanitárias, o que resulta na descaracterização dessas estruturas – com as dificuldades, elas passam a ser usadas apenas como locais para *shows*; a necessidade de adequação da Lei nº 19.476, de 2010, que dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte, diante das novas regras federais do Suasa-Sisbi, que permitiram a instalação de agroindústrias também em áreas urbanas, ampliaram para o produtor rural não familiar a possibilidade de habilitação de estabelecimentos de pequeno porte e admitiram a fabricação de bebidas, como a cachaça de alambique, nessa classe de estabelecimentos; a expansão de competência do IMA para a inspeção de produtos de origem vegetal.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2016.

Fabiano Tolentino, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/7/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Letícia de Brito Guimarães Carneiro, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 126/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda. Objeto: Licenças do tipo *subscription* da Adobe Creative Cloud para Windows. Dotação Orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 130/2015, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 125/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda. Objeto: *switches* de 24 portas. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 4/2015 do Comando do 2º Grupamento de Engenharia do Exército Brasileiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 32/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 101101468/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 3/8/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de serviços de telefonia e *telemarketing*.



O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 55/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 111/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/8/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais elétricos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 20/7/2016, na pág. 1, onde se lê:

“Letícia Sabrina Lopes Chavier Santana”, leia-se:

“Letícia Sabrina Lopes Xavier Santana”.